

O ensino de Língua Portuguesa para fins específicos na Educação Profissional: algumas reflexões

The teaching of Portuguese for specific purposes in Professional Education: some reflections

Rodrigo da Silva Lima
Centro Paula Souza
rodrigolima_letras@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o ensino de Língua Portuguesa para Fins Específicos (LPFE) na Educação Profissional Tecnológica (EPT). As reflexões perpassam brevemente três momentos. O primeiro, entre os anos 1920 e 1930, a partir do panorama traçado por Cunha (2000 e 2005) na Formação Profissional. O segundo, nos anos 1970 e 1980, ao refletir sobre a Abordagem Instrumental, (AI) (Cintra, 2009) e Ramos (2009) e a Análises de Necessidades (AN) por (Santos, 2003) e Cintra e Passarelli (2008) com a finalidade de ensinar língua para fins específicos. No terceiro momento, é feita uma análise de como está a atual situação do ensino da LPFE a partir da análise do currículo de formação técnica de nível médio do Curso de Edificações de duas Instituições Públicas de ensino técnico: o Centro Paula Souza e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP). As análises dos documentos apontam que disciplina de LPFE do Centro Paula Souza e a do IFSP campus São Paulo Capital possuem conteúdos adequados para a formação profissional e, se trabalhadas a partir da Abordagem Instrumental (AI) e da AN, promoveriam um melhor aproveitamento das aulas de LPFE. Destaca-se, na conclusão, que a disciplina de LPFE (Linguagem, Trabalho e Tecnologia) no Centro Paula Souza por ser transversal é ofertada em todos os cursos ao passo que no IFSP a disciplina é optativa.

Palavras-chave: Disciplina instrumental. Ensino profissional. Trabalho e linguagem.

Abstract

This article aims to analyze the teaching of Portuguese Language for Specific Purposes (LPFE) in Professional Technology Education. The reflections briefly pass through three moments. The first one, between the years 1920 and 1930, from the panorama outlined by Cunha (2000 and 2005) in Vocational Training. The second, in the 1970s and 1980s, when reflecting on the Instrumental Approach (Cintra, 2009) and Ramos (2009) and Needs Analysis by Santos (2003) and Cintra and Passarelli (2008) with the purpose of teaching language for specific purposes. In the third moment, an analysis is made of how the current situation of LPFE teaching is based on the analysis of the secondary technical training curriculum of the Construction Course of two Public Technical Education

Institutions: the Paula Souza Center and the Federal Institute of São Paulo (IFSP). The analyzes of the documents indicate that the LPFE discipline of the Paula Souza Center and that of the IFSP campus São Paulo Capital have adequate contents for professional training and, if worked out from the Instrumental Approach (AI) and the AN, would promote a better use of the classes of LPFE. In conclusion, the LPFE (Language, Work and Technology) discipline in the Centro Paula Souza, because it is transversal, it is offered in all courses while in the IFSP the discipline is optional.

Key words: Instrumental Discipline. Professional Education. Work and Language.

Introdução

A oferta e a ampliação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que vem se apresentado nas últimas décadas exigem reflexão sobre como a expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio modular impacta na formação de professores e mais especificamente nos interessa conhecer como são trabalhados os conteúdos didáticos da disciplina de Língua Portuguesa para Fins Específicos (LPFE) que fazem parte dessa modalidade de ensino. O mais recente Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, apresenta as seguintes metas que fazem menção à EPT

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional [...].

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público (BRASIL, 2014, p. 10).

Embora sejam metas bastante audaciosas, conforme mencionam Afonso e Gonzalez (2015), poucas possuem uma afinidade com a EPT. Os autores destacam em suas considerações que

[...] mesmo com número reduzido, alguns objetivos são grandiosos e desafiadores, tal como o estabelecido na meta 11 que planeja a triplicação do número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio assegurando a qualidade de oferta, apesar de existirem indícios de ampliação do número de matrículas sem qualidade.

[...] Constatou-se ainda que tanto o PNE vigente quanto o anterior apontam para um crescimento da oferta de EPT no Brasil, tendo como base o investimento na ampliação da rede federal, ao contrário das políticas da década de 1990 que acenavam para uma maior fatia de investimentos no acesso ao ensino superior com a participação protagonista das universidades privadas.

[...] Percebe-se claramente a tendência do PNE 2014-2024 para o crescimento e qualificação da educação básica no Brasil, onde se enquadra a educação profissional. Talvez essa ênfase na educação básica justifique a falta de estabelecimento de metas específicas para a educação tecnológica, que inclui os cursos superiores de tecnologia

ofertados prioritariamente pelos IFs e universidades particulares (AFONSO; GONZALEZ, 2015, p. 81).

A partir da tendência de se aumentar ainda mais as vagas para a formação profissional em destaque para a formação técnica em nível médio, seja no ensino integrado, pode-se levantar as seguintes questões para compreender como é trabalhada a disciplina de Língua Portuguesa na EPT: os conteúdos programáticos dos currículos profissionais de nível médio da disciplina de LPFE estão voltados para um ensino de LPFE? A partir da análise do currículo, seria possível necessária alguma formação específica para um professor de português com graduação e/ou licenciatura em Letras trabalhar em uma formação profissional?

O presente estudo tem por objetivo entender como esses cursos técnicos modulares, a partir da política de Governo Federal e Estadual de expansão da oferta de vagas na educação profissional de nível médio recentemente, trabalha em seus respectivos currículos profissionais a disciplina de Língua Portuguesa para Fins Específicos (LPFE), ou seja, pretende-se analisar as bases (conteúdo) da disciplina ofertada. Para isso, foram escolhidos os Planos Pedagógicos para análise de duas grandes instituições públicas presente no estado de São Paulo, uma da rede de ensino profissional implementada pelo Governo Federal, os Institutos Federais (IFs), e a outra da rede pública estadual de ensino profissional: Centro Paula Souza (CPS). Ambas instituições trabalham com cursos técnicos de nível médio e, para melhor comparação, foi escolhido o currículo do curso de Edificações para comparar a disciplina de LPFE de cada instituição.

Para buscar essas respostas, serão analisados, portanto, a disciplina de LPFE do curso técnico de nível médio de Edificações para entender como duas instituições públicas de ensino de referência no Estado de São Paulo entendem o papel da disciplina de Língua Portuguesa dentro do contexto da EPT. A língua, enquanto prática social, permite ao sujeito interagir com o mundo que o cerca. Ela é fundamental para o relacionamento interpessoal tanto para a vida privada quanto para a vida profissional. O sujeito, ao gerar conhecimentos, ao interagir com a realidade, a partir da sua atividade profissional, torna-se um agente produtor de ciência e tecnologia, ou seja, interfere na realidade a partir de sua visão de do seu papel social.

O ensino de Língua Portuguesa no contexto da EPT exige que se vá além do ensino tradicional da língua, uma vez que o propósito da inclusão da língua materna é aprimorar o uso adequado e formal para as situações do ambiente de trabalho para além das regras gramaticais de concordância e regência: será necessário entender como circulam os gêneros textuais da área de formação a qual o aluno está vinculado para que, ao produzi-los, pratique textos de situações reais com as quais lidará no ambiente de trabalho. Para isso, o diálogo entre as disciplinas da área técnica e a disciplina de Língua portuguesa pode ajudar a tornar as aulas de língua materna mais interessantes e contextualizadas ao abordar as relações inerentes às estruturas sociais e às práticas sociodiscursivas daquela comunidade discursiva.

Marcuschi (2005, p. 22-23) explica que:

usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais* são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romances, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante

Os tipos textuais ou tipologia textual a que se referem o autor são: narração, dissertação, descrição, injunção, exposição e dialogal.

Para melhor explicitar o tema, será apresentado um breve histórico do ensino de Língua Portuguesa dentro da EPT. As reflexões perpassam brevemente três momentos: o primeiro, entre os anos 1920 e 1930, a partir do panorama traçado por Cunha (2000 e 2005) na formação profissional. O segundo, nos anos 1970 e 1980, ao refletir sobre a Abordagem Instrumental Cintra (2009) e Ramos (2009) e a (AN) por (Santos, 2003) e Cintra e Passarelli (2008) com a finalidade de ensinar línguas. No terceiro momento, é feita uma análise de como está a situação do ensino de Língua Portuguesa para Fins Específicos (LPFE) a partir da formação técnica de nível médio do Curso de Edificações de duas Instituições Públicas de ensino técnico: o CPS e o IFSP.

O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização em São Paulo e a Língua Portuguesa

A Educação Profissional possui longa tradição no Estado de São Paulo. A escolha por duas instituições públicas de ensino voltadas para a formação profissional neste artigo justifica-se sobretudo pela vocação do Estado ao longo do século XX com ofícios/instituições de formação profissional. Para Marçal e Oliveira (2012), por exemplo, exploram esse contexto e explicam que os prédios e as grandes construções modificavam já nos anos 1920 a urbanização da cidade e o objetivo das instituições de ensino profissional do início do século era, de forma geral, ensinar a trabalhar. Cunha (2005) explica que foi a força produtiva, a construção ideológica e funcionais, estilo e composição característica. Um projeto pedagógico foi o que motivou a rápida expansão das escolas profissionais. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romances, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante". O autor também

esclarece as cinco condições encontradas no início do século para o impulso da industrialização

1) capital humano acumulado na cafeicultura de exportação, disposto a transferir-se para a manufatura e indústria; 2) capacidade empresarial, isto é, mentalidade burguesa voltada para a acumulação de capital; 3) mercado consumidor para produtos fabris, formado não só pela burguesia, como, também, pelas camadas médias e pelos trabalhadores assalariados; 4) Um contingente de trabalhadores (notadamente os imigrantes e seus descendentes) dispostos a se transferirem da agricultura para a manufatura e a indústria, como operários e até mesmo como empreendedores; 5) oferta de energia elétrica para suprir as empresas de força Motriz (CUNHA, 2005, p. 115).

Além disso, São Paulo apresentou, nesse período, dois modelos de ensino opostos: oficina-escola e escola-oficina.

Tabela 1 - Modelos de ensino no Estado de São Paulo na década de 1920

Oficina-escola (Liceu de artes e Ofícios)	Escola-oficina (Escolas profissionais do Governo)
Oficina-escola formava o indivíduo no próprio trabalho para o mercado, de modo que um aprendiz dominava as tarefas do seu ofício à medida que auxiliava um operário na produção. A educação geral, desde a alfabetização, ao desenho geométrico) era-lhe ministrada apenas na medida das necessidades imediatas.	Escola-oficina formava a partir dos conhecimentos científicos, se não todo ao menos parte do ensino primário, assim como conhecimentos e práticas de "arte" sobressaiam no currículo sem descartar a prática da oficina.

Fonte: Cunha (2005).

Com a aplicação da teoria taylorista, Cunha (2005) enfatiza que quando um operário sabia realizar sua lista de tarefas, sua formação profissional estava terminada, como acontecia principalmente na oficina-escola. A rede do Governo exigiu, por sua vez, oferecia também o ensino primário, principalmente devido ao público: em geral pessoas pobres, com baixíssima ou nenhuma escolaridade. Houve, com o tempo, a necessidade de uma padronização do currículo para o ensino das diferentes escolas. Daí surge um currículo uniforme para as escolas e, em 1926, é lançada a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes e Artífices.

Essa "Consolidação" já trazia um roteiro curricular para os cursos primários. As escolas funcionavam das 5 horas da tarde até às 8 horas da noite. O ensino seria ministrado em aulas teóricas e práticas, de duração nunca inferior a 50 minutos. O interessante de notar nesse currículo apresentado por Cunha (2005) a alta carga de Língua Portuguesa aqui destinada, uma vez que estava voltada a formação básica do profissional que, muitas vezes, conforme mencionado pelo autor, eram desfavorecidos socialmente.

O ensino de Língua Portuguesa, portanto, em caligrafia, leitura, escrita, no primeiro e segundo ano, tinham, no total, 10 aulas, sendo 2 destinadas a caligrafia e 8 para a leitura e escrita. Já no terceiro e quarto ano, destaca-se o

ensino de Português com 3 aulas e caligrafia com 2 aulas e a própria LPFE de ofícios com a disciplina durante os anos complementares chamada “escrituração de oficinas e correspondência” e correspondência e “escrituração de oficinas”.

Ao analisar quadro de disciplinas (vide Apêndice) e a quantidade de aulas, é possível entender a natureza do ensino profissional primário e imaginar a dificuldade de cumprir o currículo. Os alunos, “crianças” entre 10 e 16 anos, (conforme previa o Artigo 7º da Consolidação), ainda estavam em fase de alfabetização, sobretudo no 1º e 2º anos. A presença das aulas de “Leitura e Escrita”, “Caligrafia” e “Conta” no primeiro ano se justifica, o que nos faz pensar o quão difícil era ensinar a “ler e escrever” e, ao mesmo tempo, formar esses jovens em um ofício. Nos dois últimos anos (complementares) o objetivo, para além de ensinar a “ler, escrever e fazer conta” era de familiarizar os alunos com algum ofício, “formar operários e contramestres.”

Portanto, apesar de toda a dificuldade de se formar operários e contramestre, conforme menciona Cunha (2005), com bons conhecimentos em leitura, escrita e contas, nesse currículo já havia, mesmo para essas profissões mais manuais, no ensino complementar, 2 disciplinas voltadas para a produção de textos (no currículo pode ser entendida como “correspondência”) que tinham por objetivo ensinar os futuros mestres a escrever textos que circulavam no ambiente profissional, seja para se comunicar com o outro, seja para realizar o registro de correspondências. Com a industrialização do país ao longo das décadas e a necessidade de mais escolarização para acompanhar as novas profissões, a necessidade de saber ler, escrever e fazer contas deixa de ser um diferencial no início do século XX e torna-se imprescindível para a formação profissional.

Aconselha-se ler art. 32 da Lei de 1918 e o Decreto 13064, acerca do regulamento das Escolas de Aprendizes Artífices, disponíveis em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=52199/>>.

Além de maior escolarização, já nos anos 1960 e 1970 começa a surgir a necessidade de saber ler e escrever não só em português, mas também em uma língua estrangeira: o inglês. O inglês passa a ser estudado para fins profissionais e cursos específicos para a preparação de mão de obra para o mercado com conhecimento em inglês surgem nos anos 1970, o que cunhou o termo *English for Specific Purposes* (ESP), que será discutido mais à frente. Por ora, antes de adentrar no ESP e na Abordagem Instrumental, será traçado um breve resumo das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que subsidiam a EPT. VIAN JR (1999) explica que os cursos de ESP são elaborados e desenvolvidos a fim de atender às necessidades específicas do aluno que, no caso da formação profissional, estariam voltadas para o ensino de práticas comunicativas na língua de estudo para o desenvolvimento da atividade profissional.

A Educação Profissional nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A Educação profissional e o ensino propedêutico, com a promulgação da primeira LDB, Lei n. 4.024/61, permitiu prosseguimento de estudos para os concluintes dos cursos profissionais. A LDB de 1971, Lei n. 5.692/71, que reformulou a LDB de 1961, introduziu a educação profissional no segundo grau de forma compulsória e permitiu-se que a educação profissional deixasse de ser limitada a instituições especializadas, passando a ser responsabilidade também dos Estados. Com a promulgação da LDB de 1996, iniciou-se uma nova fase da educação profissional que passa a ser vista como um direito. A educação profissional está presente nos artigos 39 a 42 e deve ser desenvolvida a partir de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

O texto da LDB/1996 estabelece, em seu art. 39, que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, ou seja, por esse artigo é possível reconhecer e perceber a preocupação com a abrangência da educação profissional em relação às características atuais do setor produtivo, considerando a necessidade de desenvolver competências para atender às várias demandas, não se restringindo a uma habilitação específica.

Em 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto n. 2.208/97, passando a adotar três modalidades de educação profissional: a) formação inicial e continuada de trabalhadores; b) educação profissional técnica de nível médio; e c) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Mesmo com essa separação deste decreto em modalidades, a EPT mantém-se a proposta de desenvolvimento profissional para a vida.

A comunicação, oral e/ou escrita, também faz parte desse desenvolvimento. Ao passar por pela educação profissional, formação inicial/continuada, educação de nível técnico e na EPT em nível superior o indivíduo precisa estar consciente de que saiba se expressar adequadamente, com clareza e precisão os textos orais e escritos. Cabe, agora, entender como pode ser traçado um caminho para que esse desenvolvimento linguístico possa se dar no ambiente da EPT, independentemente do nível de formação: a Abordagem Instrumental.

A Abordagem Instrumental

A abordagem de ensino conhecida como “Instrumental” surge no Brasil a partir da concretização do Projeto Nacional de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras (ESP). De acordo com Celani (2009, p.18), “ideia inicial surgiu em 1977, com Maurice Broughton”. Ele era à época professor do British Council, convidado no Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (LAEL) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

(PUC-SP). O professor trouxe e compartilhou com especialistas em língua inglesa no Brasil sua experiência na Tailândia que tinha por objetivo ensinar língua inglesa para a fins específicos.

Em 1980, com a chegada de Tony Deyes, John Holmes e Michel Scott, o Projeto Nacional de Inglês Instrumental foi coordenado pela PUC-SP, que teve o papel de implantar e difundir o ensino instrumental no âmbito acadêmico e atingiu 26 universidades na época (CELANI, 2009, p.19-25; RAMOS, 2009, p. 36). A abordagem, não possui uma metodologia peculiar, uma vez que não demanda, como na tradição de ensino de inglês, um determinado nível prévio de proficiência em inglês que se refere a padrões sintáticos e de vocabulário, “para ser possível trabalhar com um texto que não fosse especialmente preparado para o ensino de um determinado padrão de língua” (CELANI, 2009, p. 21). Isto é, para a Abordagem Instrumental (AI), não são exigidos previamente todo o conhecimento do padrão sintático do inglês, nem de um amplo vocabulário. Baseado em Ramos (2005, p. 112), pode-se afirmar que a AI se centra especialmente em realizar uma Análise de Necessidades (AN), explicada mais à frente neste trabalho, e na modelação do curso de acordo com os conteúdos escolhidos em relação à área e ao perfil do aluno.

A história do ESP no Brasil, de acordo com Celani (2009), nasce da necessidade de um determinado momento histórico: ler em língua inglesa. No entanto, a autora chama a atenção que a abordagem instrumental não está centrada apenas na leitura, mas também na fala, na audição e na escrita, uma vez que essa abordagem se adapta a ensinar a língua estrangeira para fins específicos: os fins do ensino de inglês a um Técnico em Mecânica, que precisa mais de leitura instrumental, não são os mesmos fins que profissionais da área do Turismo, como o de um Atendente de Hotel, cujos fins de se comunicar em inglês oralmente é mais frequente, mas é tão importante quanto ler e escrever em seu contexto profissional. Ainda hoje, a associação de ESP com “leitura instrumental” é bastante recorrente. No entanto, além desse mito, Ramos (2005, p.116-117) aponta mais 7 relacionados à Abordagem: a) é *mono-skill* (uma única habilidade como a leitura, por exemplo); b) é Inglês Técnico; c) não faz uso de dicionário; d) não ensina gramática; e) tem que ser ministrado em português; f) é ensinado apenas depois que o aluno domina o “inglês básico”; g) proporciona uma aprendizagem “manca”.

Apesar dos mitos, que não se restringem à atualidade, é a partir dessas primeiras experiências da Abordagem Instrumental que Cintra (2009, p. 48), ao analisar e verificar o bom resultado dos cursos ministrados na ESP, teve a curiosidade de conhecer as estratégias utilizadas e pensou na possibilidade de adaptá-las e aplicá-las no ensino de Língua Portuguesa. A autora explica que, após frequentar cursos de ESP, iniciou a experiência de ensino instrumental em Língua Portuguesa no curso de Letras da PUC-SP numa disciplina ministrada no primeiro ano cujo foco foi a leitura e a produção de textos acadêmicos, ou seja, é a partir de estudos e análises de materiais destinados ao ensino de Inglês para fins específicos que permitiu o surgimento do trabalho com o Português com base na Abordagem Instrumental.

Português instrumental (LPFE)

O Português instrumental ou LPFE tem “ênfase na escrita de vários gêneros textuais” (CELANI, 2009, p. 25), além de outras habilidades como apresentação oral em público, aprimoramento de níveis de formalidade da língua materna. Ao se trabalhar uma língua a qual o aluno já possui um conhecimento prévio, independentemente do nível de conhecimento, delinear os objetivos, os fins da disciplina, a partir do conhecimento do perfil da turma, o professor poderá preparar melhor a abordagem e a forma de como ensinar os textos com os quais esse aluno precisa lidar em sua formação, seja em ambiente acadêmico (resenha, resumo, artigo), seja em ambiente profissional (relatório, fichas de acompanhamento, laudos).

O ensino de Língua Portuguesa na EPT, a partir da abordagem instrumental, não se centra, portanto, assim como em inglês, no ensino de gramática, sintaxe, morfologia e textos literários: fins específicos, como sugere a expressão, volta-se para uma área do conhecimento e deve ser contextualizado com textos e vocabulários da área de formação do aluno. Para essa abordagem, o currículo de uma disciplina de “Português Instrumental” não poderia ser exatamente a mesma para um Curso Técnico de Edificações e para um Curso Técnico de Enfermagem: os termos técnicos, o vocabulário da área, os gêneros textuais, situações reais de comunicação, por exemplo, são peculiares e inerentes a uma determinada área profissional. Apresentada a contextualização, fica o seguinte dilema: como o professor de Língua Portuguesa adquirir os conhecimentos necessários para trabalhar com textos e vocabulário autênticos das áreas técnicas, uma vez que ele leciona essa disciplina em diferentes formações profissionais?

Para buscar um norte, o professor pode-se pautar, além do currículo de sua disciplina, pelo currículo das disciplinas da área técnica. Pode, dentro do possível, também, trabalhar de forma interdisciplinar com as disciplinas técnicas na produção de textos que pertencem ao contexto da formação profissional. Além disso, identificar as reais dificuldades dos alunos, por meio de uma Análise de Necessidades (AN), auxilia a estabelecer metas e buscar estratégias adequadas para facilitar o ensino de Português dentro do contexto da EPT. Exposto o contexto, será apresentada a forma de como trabalhar com a AN de acordo com o perfil do curso técnico e, em especial, de acordo com a necessidade dos alunos, de uma determinada turma, de uma determinada escola profissional, em um determinado contexto regional, social, político e econômico.

Análise de Necessidades e a LPFE

Os cursos técnicos de nível médio, de maneira geral, possuem currículo com as competências, habilidades e bases que devem ser ensinadas. Os alunos, para cursar esse nível de ensino, precisam ter no mínimo o Ensino Fundamental Completo: esse fator é fundamental para entender a proposta da AN, dado que

o indivíduo ao iniciar um curso técnico possui, muito provavelmente, habilidade e competência para se comunicar em língua materna.

Para melhor planejar o cronograma das aulas, a AN propõe a aplicação de um instrumento nomeado de Análise de Necessidades. É um questionário desenvolvido pelo professor, aplicado e respondido pelos alunos, preferencialmente, no primeiro dia de aula, pois só a partir dos resultados obtidos com a análise é que se ajusta, se necessário, o planejamento do curso de LPFE.

Cintra e Passarelli (2008) explicam que na AN deve constar o objetivo logo no início do questionário, passando pela identificação do aluno, da sua autoimagem, da realização de uma atividade com a finalidade do curso (ação) e questões voltadas para uma reflexão. Para resumir, é uma atividade aplicada num primeiro encontro para conhecer esse aluno ingressante, saber sobre seus conhecimentos prévios, se já possui formação na área, sem deixar de lado a reflexão da língua. Para exemplificar, na tabela a seguir, há um roteiro de como poderia ser elaborado esse instrumento.

Tabela 2 - Roteiro para a elaboração de uma AN

Elaboração de uma Análise de Necessidades (AN) - Instrumento	
Parte dos questionários	Finalidade para a análise (questões)
Apresentação do objetivo do questionário	O aluno saber o porquê de estar respondendo e realizando as atividades. Ao identificar o nome do aluno, teremos como identificar as necessidades individuais.
Autoimagem	Procura-se conhecer como o aluno se vê como leitor ou produtor de textos, seus hábitos, suas preferências.
Ação	O aluno responde a perguntas referente à leitura proposta ou à escrita de um texto da área.
Reflexão	Nas questões voltadas à reflexão, há perguntas que buscam correlacionar a verificação da autoimagem do aluno com a atividade realizada na etapa anterior.

Fonte: Próprio autor (2018).

A intenção da elaboração do questionário não tem por finalidade classificar os alunos, somente identificar o que sabem e o que não sabem. Para o trabalho com a AN, é fundamental para o professor possuir algumas características e posturas. Seguem algumas destacadas inspiradas no trabalho de Santos (2013):

Tabela 3 - Características e posturas ideais na elaboração de uma AN

Postura (características) no trabalho com a LPFE	Justificativa
Perfil do professor	Observador, e criativo, além de sensível e preparado para lidar com as diferenças. Profissional atualizado em relação às áreas de atuação/curso. Mantém contatos com outros profissionais;
Conhecimentos prévios para a LPFE	Buscar informações mais detalhadas junto à profissionais da área ou em outras fontes; O conhecimento da área técnica em que leciona permite melhor elaboração do AN; Cintra e Passarelli (2008, p. 68) acreditam que pelo menos de forma parcial o professor tem de conhecer a área técnica em que vai

	lecionar, o que eliminaria como única saída o ensino tradicional de gramática na disciplina de LPFE.
Criação de ambiente de trabalho (simulação da área de atividade)	Criar propostas de trabalho voltado para a finalidade do curso; Considerar as facilidades, dificuldades, competências e habilidades para delinear um planejamento de ensino.
Interação professor/aluno (motivação dos alunos e professores)	Motivação dos alunos para aprender (estudam/matriculam-se nos cursos que desejam ter uma profissão/formação geralmente); Não transformar a aula de LPFE em aulas exclusivamente de gramática, para não desmotivar os alunos, independentemente se sabem ou não; Atender às necessidades do grupo diante da profissão gera o interesse dos alunos pela disciplina por estar associado ao contexto de sua formação; A interação desde o primeiro contato com a AN foca-se na necessidade do grupo e é marcada pelo diálogo. O aluno precisa estar sensibilizado para descobrir o que não sabe e compartilhar seu conhecimento.
O interesse em aprender	Voltando à AN, a prioridade, ao terminar de aplicá-la, é fazer o replanejamento do curso, ou seja, a partir da realidade apontada na análise, definir quais os objetivos a alcançar, quais conteúdos e estratégias a trabalhar. O ideal é que esteja pronto já para o segundo encontro com os alunos.
Seleção de textos autênticos	Para conquistar o aluno, os textos autênticos podem ser retirados de fontes que os alunos já conhecem ou que vão precisar conhecer na área, ou mesmo textos retirados de revistas especializadas ou de jornais, sempre com a preocupação de não propor algo alheio ao mundo do fim específico. Os textos autênticos correspondem a determinados gêneros textuais que as pessoas em determinados papéis profissionais tendem a produzir como afirma Bazerman (2005, p. 32).

Fonte: Próprio autor (2018).

Recomenda-se a leitura da dissertação de Santos (2013), para observar como o autor discute o perfil docente e elabora o seu Instrumento para a Análise de Necessidades em um curso técnico de contabilidade.

Análise de necessidades e a LPFE

Os cursos técnicos de nível médio, de maneira geral, possuem currículo com as competências, habilidades e bases que devem ser ensinadas. Os alunos, para cursar esse nível de ensino, precisam ter no mínimo o Ensino Fundamental Completo: esse fator é fundamental para entender a proposta da AN, dado que o indivíduo ao iniciar um curso técnico possui, muito provavelmente, habilidade e competência para se comunicar em língua materna.

Para melhor planejar o cronograma das aulas, a AN propõe a aplicação de um instrumento nomeado de Análise de Necessidades. É um questionário desenvolvido pelo professor, aplicado e respondido pelos alunos, preferencialmente, no primeiro dia de aula, pois só a partir dos resultados obtidos com a análise é que se ajusta, se necessário, o planejamento do curso de LPFE.

Cintra e Passarelli (2008) explicam que na AN deve constar o objetivo logo no início do questionário, passando pela identificação do aluno, da sua autoimagem, da realização de uma atividade com a finalidade do curso (ação) e questões voltadas para uma reflexão. Para resumir, é uma atividade aplicada num primeiro encontro para conhecer esse aluno ingressante, saber sobre seus conhecimentos prévios, se já possui formação na área, sem deixar de lado a reflexão da língua. Para exemplificar, na tabela a seguir, há um roteiro de como poderia ser elaborado esse instrumento.

Apesar de longas décadas e vários trabalhos publicados dentro da AI conforme Cintra (2009), Ramos (2009) e Cintra e Passarelli (2008), ainda acontece o trabalho com a língua portuguesa em sala de aula da EPT da forma tradicional: aulas baseadas exclusivamente no ensino de nomenclaturas e regras da gramática, com frases e modelos.

Não se pretende aqui negar a importância da gramática e sua função, no entanto, devido à proposta da AN e da AI para o desenho do curso ao qual o professor de LPFE atuará, defende-se aqui que as aulas de Português no contexto tecnológico precisam atender à demanda tanto do curso quanto dos alunos para melhor prepará-los para as situações de comunicação reais que acontecem em sua área de atividade.

A LPFE no currículo do Centro Paula Souza

O Centro Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo, está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Em aproximadamente 300 municípios, a instituição administra 220 Escolas Técnicas (Etecs) e 66 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, ultrapassando o número de 290 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos. Destaca-se que mais informação sobre a história da instituição pode ser encontrada em: <<http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>>.

Desde sua criação pelo decreto-lei de 6 de outubro de 1969, a instituição, ao longo da história, preocupa-se com a formação profissional tanto em nível médio, ao integrar, desde a fundação, a educação profissional do estado, quanto em nível superior, por meio de implantação das Faculdades de Tecnologia (Fatecs). São quase 100 cursos de técnico de nível médio concomitante ou subsequente ao Ensino Médio oferecidos pela instituição para as mais variadas áreas de atividades que vão do eixo de Produção Industrial, como o curso Técnico em Açúcar e Alcool, oferecido no Interior de São Paulo ao curso Técnico de Zootecnia, do eixo de Recursos Naturais.

Para (re)elaborar esses currículos de todos esses cursos, a Instituição conta com um grupo chamado Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC). Este grupo, recentemente, elaborou um material, disponível em: <<http://www.cpsctec.com.br/cpsctec/arquivos/2014/missao.pdf>>, que norteia a formulação dos currículos: Missão, concepções e práticas do grupo de formulação e análises curriculares (GFAC): uma síntese do laboratório de

currículo do Centro Paula Souza. Durante a apresentação do currículo, o documento apresenta resultados de destaque nos currículos do Ensino Técnico. Dentre eles, há um dos focos deste artigo: Fortalecimento das competências relacionadas à comunicação profissional em Língua Portuguesa. De acordo com o Item IV.3.

Nos cursos técnicos, a língua portuguesa é trabalhada nos componentes curriculares **Linguagem, Trabalho e Tecnologia** e Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, além das especificidades de algumas habilitações que exigem o domínio de outros conhecimentos para o exercício da profissão. **As competências-chave de analisar, interpretar e produzir textos técnicos das diversas áreas profissionais** são desenvolvidas nesses componentes, de acordo com as respectivas terminologias técnicas e científicas, nas modalidades oral e escrita de comunicação, **visando à elaboração de gêneros textuais como cartas comerciais e oficiais, relatórios técnicos, memoriais, comunicados, protocolos, entre outros gêneros, considerando as características de cada área de atuação** (ARAÚJO, DEMAI; PRATA, 2017, p. 11, grifo nosso).

Mais adiante neste documento, o item IV.14. aborda a questão das Capacitações docentes em Currículo: *Seminários Diálogos Docentes e Produção Acadêmica na Gestão do Currículo Diálogos Docentes*. Estes são encontros, realizados por eixo tecnológico, que têm por objetivo compartilhar os princípios e metodologia de elaboração curricular com as Unidades Escolares e todos anos desde 2014 sempre há pelo menos uma capacitação para a disciplina de Linguagem, Trabalho e Tecnologia e Inglês Instrumental.

Ainda no referido documento, a disciplina de LPFE, Linguagem, Trabalho e Tecnologia, nome da disciplina voltada para a LPFE. No apêndice, há o detalhamento da referida disciplina, é trabalhada como um **Componente Curricular Transversal**, ou seja, ela deve ser relacionada a temas e projetos interdisciplinares, relativos à “comunicação profissional em língua materna e em línguas estrangeiras (como Inglês e Espanhol), com o uso das respectivas terminologias técnico-científicas, que bases científicas e tecnológicas das competências de planejamento e desenvolvimento de projetos, de modo colaborativo e empreendedor” (ARAÚJO, DEMAI; PRATA, 2017, p. 11).

O documento reforça que

Para instrumentalizar o aluno no cumprimento da jornada curricular e, principalmente, desenvolver competências diferenciadas de convívio no mundo trabalho, trabalho em equipe e empreendedoras, transformando-o num **profissional capaz de agir de acordo com a ética profissional, de se expressar oralmente e por escrito**, de operar recursos de informática, de valorizar o trabalho coletivo, de desenvolver postura profissional e de planejar, executar, e gerenciar projetos, são oferecidos os seguintes componentes curriculares nos cursos técnicos: Aplicativos Informatizados; Empreendedorismo; Espanhol Instrumental; Ética e Cidadania Organizacional; Inglês Instrumental; Linguagem, Trabalho e Tecnologia; Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Saúde e Segurança do Trabalho (ARAÚJO, DEMAI, PRATA, 2017, p. 22, grifo nosso).

Diante do exposto, pode-se concluir que, a partir deste documento e da análise do conteúdo da disciplina (vide anexo 2), a disciplina de Linguagem, Trabalho e Tecnologia (LPFE), que faz parte dos quase 100 cursos técnicos da Instituição, tem por objetivo preparar o aluno em formação a se comunicar oralmente e por escrito, com os textos que esse indivíduo precisará produzir dentro do contexto da área em que vai atuar.

Ao estar presente de forma transversal, a disciplina de LPFE, como afirma o documento, pode ser trabalhada de forma interdisciplinar: ela ganha vida de acordo com cada eixo tecnológico, de acordo com a especificidade de cada área de atuação e, se bem conduzida, formará um profissional mais consciente ao usar a comunicação tanto oral quanto por escrito.

A LPFE no currículo do Instituto Federal

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é uma autarquia de ensino, a antiga Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909. O IFSP já teve o nome de Escola Técnica Federal de São Paulo e de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Foi elevado à universidade e transformado em Instituto em dezembro de 2008. Destina 50% das vagas para os cursos técnicos e pelo menos 20% das vagas para os cursos de licenciatura nas áreas de Ciências e da Matemática. O IFSP é organizado em diversos campus e possui mais de 40 mil alunos matriculados pelo estado de São Paulo.

O IFSP é fruto das políticas públicas de educação profissional implantadas em no fim do ano de 2008 pelo Decreto-lei n. 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) criados pelo Decreto n. 2.208/97 se equiparam, portanto, às universidades federais. De acordo com Pacheco, Pereira e Domingos (2010), esta política pública institucionaliza e valoriza a educação profissional e suas instituições públicas.

Dos diversos níveis de formação ofertados pelo IFSP, os cursos técnicos de nível médio concomitante, curso oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental e tenha concluído o Ensino Médio (subsequente) ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do Ensino Médio (Concomitante), ou subsequente oferecidos no Estado de São Paulo são mais de 20 opções e, dentre elas, para análise, escolheu-se o curso técnico em Edificações. O Projeto Pedagógico do Curso Técnico (Concomitante/Subsequente) em Edificações (PPCTE) analisado do campus São Paulo (Canindé) é o único que possui a oferta da disciplina de Português Instrumental (LPFE). Nos demais campus onde é ofertada a formação em Edificações como Campos do Jordão, Caraguatatuba, Ilha Solteira, Itapetininga, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo, e Votuporanga não existe a opção pela disciplina, isto é, ela não é ofertada. Cabe mencionar uma exceção ao Campus de Caraguá que, de acordo com a última versão do Projeto Pedagógico, inclui a disciplina optativa de Libras para os alunos matriculados em Edificações.

O PPCTE do campus São Paulo (Capital) oferece disciplinas optativas para o aprendizado pessoal e profissional. As disciplinas constam na matriz curricular, porém não são obrigatórias para a conclusão do curso. Elas ficam registradas no histórico escolar e são oferecidas de acordo com a demanda e disponibilidade do corpo docente. São necessários 15 a 20 alunos para as disciplinas práticas e 40 para as disciplinas teóricas, como a de Português Instrumental.

Tabela 4 - Quadro comparativo dos Gêneros textuais propostos

Gêneros Textuais dos Plano da disciplina de LPFE	LPFE no Centro Paula Souza	LPFE no IFSP
Ata	Presente	Presente
Avisos	Presente	Ausente
Carta de apresentação/Carta-curriculo	Presente	Presente
Cartas/Carta comercial	Presente	Presente
Comunicados	Presente	Ausente
Contrato	Presente	Ausente
Curriculo (Vitae)	Presente	Presente
Declarações	Presente	Ausente
Fichamento	Ausente	Presente
Memorandos	Presente	Ausente
Memorial de critérios	Presente	Ausente
Memorial descritivo	Presente	Ausente
Ofícios	Presente	Ausente
Parecer Técnico	Ausente	Presente
Recibos	Presente	Ausente
Relatório Técnico	Presente	Presente
Requerimento	Ausente	Presente
Técnicas de redação/resumo	Presente	Presente

Fonte: Próprio autor (2018).

Considerações finais

O ensino de Língua Portuguesa no contexto da EPT do CPS e do IFSP pode ser concebido baseado na Abordagem Instrumental. Considera-se a palavra “baseado” a partir da análise dos currículos do CPS e do IFSP do curso Técnico de Edificações. Importante salientar que a disciplina de LPFE do CPS mantém as mesmas competências, habilidades e bases tecnológicas para os quase 100 cursos ofertados. Por exemplo, a primeira Competência da disciplina de LPFE (Linguagem, Trabalho e Tecnologia) do CPS é: 1. Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área de Edificações por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos. A palavra “Edificações” é alterada quando essa disciplina está no curso Técnico de Marketing, por exemplo, pela palavra “Marketing”, ficando: 1. Analisar textos técnicos, administrativos e

comerciais da área de Marketing por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos.

As reflexões sobre à época das escolas de ofícios nos remete ainda hoje ao dilema: formar para ser um indivíduo que saiba ler e produzir os gêneros textuais técnicos de sua profissão ou ir além, quando possível, e atender a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que tem por princípio a formação integral e o exercício pleno da cidadania, que se dá ao exercer o trabalho e a se comunicar para melhor se expressar social, cultural e profissionalmente.

Neste artigo, a partir da discussão teórica, justifica-se e considera-se que as aulas de LPFE, sob a perspectiva da Abordagem Instrumental na EPT, não podem atender à demanda única e exclusiva do mercado para a formação de quadros de técnicos para os mais diversos setores industriais e de serviços. É preciso tomar cuidado para não ficar restritos ao contexto da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71, promulgada nos anos 1970, em consonância com o projeto de desenvolvimento do país: uma Abordagem Instrumental exige considerar o indivíduo e suas necessidades. Esta é a razão pela qual a AN faz com que o indivíduo, a partir da interação, possa desenvolver-se e emancipar-se não só para a vida profissional, mas também para a vida pessoal.

Conforme foi discutido, a leitura e a produção de texto na EPT das instituições possibilitam o trabalho com a teoria dos gêneros textuais que circulam na área da atividade profissional do aluno. Os currículos do CPS e do IFSP apresentam-se como guias seguros para o trabalho com a LPFE, principalmente pelos conteúdos apresentados trabalharem tanto com textos que circulam na área de atuação do curso quanto para a aplicabilidade de técnicas de comunicação oral e escrita voltadas para a formação do indivíduo enquanto sujeito. Recomenda-se, para mais conhecimento das correntes teóricas sobre os Gêneros Textuais o livro *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, de Luiz Antônio Marcuschi (2008).

A partir da análise do currículo das duas instituições, seria necessário ao professor da disciplina de LPFE adquirir conhecimento e/ou formas de como trabalhar com textos e vocabulário técnico com os quais não está familiarizado. A proposta da Abordagem Instrumental, da Análise de Necessidades e das diversas correntes sobre a teoria sobre os Gêneros textuais são caminhos para uma formação de professor com uma postura adequada para trabalhar na EPT. Além disso, é imprescindível ao professor de LPFE algum conhecimento teórico e prático da área em que vai atuar. Essas experiências e/ou pesquisas com profissionais da área/professores do curso sobre os gêneros textuais a serem explorados, por exemplo, garantem segurança ao professor de Português para trabalhar com a disciplina, além de poder aprimorar o delineamento do Instrumento da AN.

O ensino de Língua Portuguesa no contexto da EPT, em vista disso, comprovou ser relevante e um diferencial a partir das leituras dos documentos e currículos, pois se vai além do ensino tradicional da língua, do ensino gramatical, da utilização de textos sem pretexto e/ou sem contexto com a área de formação do indivíduo. Os professores, para ensinar, precisam entender como circulam os gêneros textuais da área de formação a qual está lecionando para que possa

orientar práticas de textos com situações reais com as quais lidará no ambiente de trabalho.

Defende-se, portanto, ser imprescindível para o sucesso da condução da disciplina de LPFE um professor interessado e comprometido com sua atuação docente, que estabelece canais de diálogo com profissionais, com os alunos e com os professores das disciplinas da área técnica e da própria disciplina de LPFE para manter-se atualizado e (re)pensar constantemente sua prática. Essa postura, entende-se, ser vital para tornar as aulas mais instigantes e contextualizadas, posto que serão trabalhados textos reais, não adaptados, com pessoas reais, com necessidades reais e com sonhos reais a serem concretizados.

Referências

AFONSO, A. M.M.; GONZALEZ, W. R. C. **Educação Profissional e Tecnológica no PNE 2014- 2024: questões para o debate**. EccoS Revista Científica, núm. 36, Brasil, 2015.

ARAÚJO, A. M.; DEMAI, F. M.; PRATA, M. **Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac): uma síntese do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza**. Maio. 2017. Disponível em: <<http://www.cpsctec.com.br/cpsctec/arquivos/2014/missao.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Trad. Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19-46.

BRASIL. **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CELANI, Maria Antonieta Alba. **Instrumental no Brasil: a desconstrução de mitos e a construção do futuro**. In: FREIRE, M. M.; ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (org.). *Linguística Aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: ALAB; Campinas: Pontes, 2005.

CELANI, Maria Antonieta Alba; FREIRE, Maximina M. RAMOS, Rosinda de Castro Guerra (Orgs). 2009. **A Abordagem Instrumental no Brasil: um projeto, seus percursos e seus desdobramentos**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2009. Coleção As Faces da Linguística Aplicada. v.10. ISBN 978-85-7591-105-1. 184 p.

CELANI, Maria Antonieta Alba. **Revivendo a aventura: desafios, encontros e desencontros**. In.: CELANI, Maria Antonieta Alba, p. 35-45, 2009.

CINTRA, Anna Maria M. **Português Instrumental: um percurso**. A Abordagem instrumental no Brasil: um projeto, seus percursos e seus desdobramentos. Campinas, SP: Mercado das Letras, p. 47-54, 2009.

CINTRA, Anna Maria M.; PASSARELLI, Lílian G. **Revisitando o ensino de língua portuguesa para fins específicos.** In: Ensino de língua portuguesa: reflexão e ação. São Paulo: Educ, p. 60-72, 2008. CUNHA, Luiz Antônio. **Escola de aprendizes e artífices.** In.: O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização, Editora Unesp, 2008.

MARÇAL, Fábio Azambuja; OLIVEIRA, Guilherme Brandt de. Inquietações sobre os institutos federais de educação, ciência e tecnologia que desafiam a educação profissional. In: PACHECO, Elieser Moreira; MORIGI, Valter. (Orgs.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução na educação profissional e tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008. PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas críticas**, v. 16, n. 30, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/linhascriticas/artigos/n30/Institutos_federais.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

RAMOS, R.C.G. **A história da abordagem instrumental na PUC-SP.** IN. CELANI,

SANTOS, Vilmária Gil dos. **Português para fins específicos e seu ensino no curso técnico de contabilidade.** 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIAN JR., Orlando. **Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios.** DELTA [online]. 1999, vol.15, n.spe, pp.437-457. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300017>

APÊNDICE A - Disciplinas do Ensino Industrial das Escolas de Aprendizizes e Artífices

CURSO	ANO	DISCIPLINAS	AULAS
ELEMENTAR	1ª	Leitura e escrita	8
		Caligrafia	2
		Contas	6
		Lição de coisas	2
		Desenho e trabalhos manuais	15
		Ginástica e canto coral	3
	2ª	Leitura escrita	6
		Contas	4
		Elementos de geometria	2
		Geografia e história pátria	2
		Caligrafia	2
		Instrução moral e cívica	1
		Lição de coisas	2
		Desenho e trabalhos manuais	16
	3ª	Ginástica e canto	3
		Português	3
		Aritmética	3
		Geometria	3
		Geografia e história pátria	2
		Lição de coisas	2
		Caligrafia	2
		Instrução moral e cívica	1
	4ª	Desenho ornamental e de escala	8
		Aprendizagem nas oficinas	18
		Português	3
		Aritmética	3
		Geometria	3
		Rudimentos de física	2
Instrução moral e cívica		1	
Desenho ornamental e de escala		6	
Desenho industrial e tecnologia	6		
COMPLEMENTAR	1ª	Aprendizagem de oficinas	24
		Escrituração de oficinas e correspondência	4
		Geometria aplicada e noções de álgebra e trigonometria	4
		Física experimental e noções de química	4
		Noções de história natural	3
		Desenho industrial e tecnologia	9
	2ª	Aprendizagem nas oficinas	24
		Correspondência e escrituração de oficinas	3
		Álgebra e trigonometria elementares	2
		Noções de física e química aplicada	3
		Noções de mecânica	2
		História natural e elementar	2
		Desenho industrial e tecnologia	9
		Aprendizagem	27

Fonte: Cunha (2005).

APÊNDICE B - Plano de Curso de Linguagem, Trabalho e Tecnologia (LPFE)

I.7 – LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA		
Função: Montagem de Argumentos e Elaboração de Textos		
COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	BASES TECNOLÓGICAS
<p>1. Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área de Edificações por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos.</p> <p>2. Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área de Edificações, de acordo com normas e convenções específicas.</p> <p>3. Pesquisar e analisar informações da área de Edificações, em diversas fontes, convencionais e eletrônicas.</p> <p>4. Interpretar a terminologia técnico-científica da área profissional.</p>	<p>1.1 Identificar indicadores linguísticos e indicadores extralinguísticos de produção de textos técnicos.</p> <p>1.2 Aplicar procedimentos de leitura instrumental (identificação do gênero textual, do público-alvo, do tema, das palavras-chave, dos elementos coesivos, dos termos técnicos e científicos, da ideia central e dos principais argumentos).</p> <p>1.3 Aplicar procedimentos de leitura especializada (aprofundamento do estudo do significado dos termos técnicos, da estrutura argumentativa, da coesão e da coerência, da confiabilidade das fontes).</p> <p>2.1 Utilizar instrumentos da leitura e da redação técnica e comercial direcionadas à área de atuação.</p> <p>2.2 Identificar e aplicar elementos de coerência e de coesão em artigos e em documentação técnico-administrativos relacionados à área de Edificações.</p> <p>2.3 Aplicar modelos de correspondência comercial aplicados à área de atuação.</p> <p>3.1 Selecionar e utilizar fontes de pesquisa convencionais e eletrônicas.</p> <p>3.2 Aplicar conhecimentos e regras linguísticas na execução de pesquisas específicas da área de Edificações.</p> <p>4.1 Pesquisar a terminologia técnico-científica da área.</p> <p>4.2 Aplicar a terminologia técnico-científica da área.</p>	<p>1. Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de Edificações, a partir do estudo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores linguísticos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ vocabulário; ✓ morfologia; ✓ sintaxe; ✓ semântica; ✓ grafia; ✓ pontuação; ✓ acentuação, entre outros. • Indicadores extralinguísticos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ efeito de sentido e contextos socioculturais; ✓ modelos pré-estabelecidos de produção de texto; ✓ contexto profissional de produção de textos (autoria, condições de produção, veículo de divulgação, objetivos do texto, público-alvo). <p>2. Conceitos de coerência e de coesão aplicados à análise e à produção de textos técnicos específicos da área de Edificações.</p> <p>3. Modelos de Redação Técnica e Comercial aplicados à área de Edificações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ofícios; • Memorandos; • Comunicados;

<p>5. Comunicar-se, oralmente e por escrito, utilizando a terminologia técnico-científica da profissão.</p>	<p>5.1 Selecionar termos técnicos e palavras da língua comum, adequados a cada contexto.</p> <p>5.2 Identificar o significado de termos técnico-científicos extraídos de texto, artigos, manuais e outros gêneros relativos à área profissional.</p> <p>5.3 Redigir textos pertinentes ao contexto profissional, utilizando a terminologia técnico-científica da área de estudo.</p> <p>5.4 Preparar apresentações orais pertinentes ao contexto da profissão, utilizando a terminologia técnico-científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cartas; • Avisos; • Declarações; • Recibos; • Carta-curriculo; • Currículo; • Relatório técnico; • Contrato; • Memorial descritivo; • Memorial de critérios; • Técnicas de redação. <p>4. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação (variantes da linguagem formal e de linguagem informal)</p> <p>5. Princípios de terminologia aplicados à área de Edificações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Glossário dos termos utilizados na área de Edificações. <p>6. Apresentação de trabalhos técnico-científicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientações e normas linguísticas para a elaboração do trabalho técnico-científico (estrutura de trabalho monográfico, resenha, artigo, elaboração de referências bibliográficas). <p>7. Apresentação oral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento da apresentação; • Produção da apresentação audiovisual; • Execução da apresentação. <p>8. Técnicas de leitura instrumental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do gênero textual; • Identificação do público-alvo;
---	--	---

					<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do tema; • Identificação das palavras-chave do texto; • Identificação dos termos técnicos e científicos; • Identificação dos elementos coesivos do texto; • Identificação da ideia central do texto; • Identificação dos principais argumentos e sua estrutura. <p>9. Técnicas de leitura especializada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo dos significados dos termos técnicos; • Identificação e análise da estrutura argumentativa; • Estudo do significado geral do texto (coerência) a partir dos elementos coesivos e de argumentação; • Estudo da confiabilidade das fontes. 	
Carga Horária (Horas-aula)						
Teórica	40	Prática	00	Total	40 Horas-aula	
Teórica (2,5)	50	Prática (2,5)	00	Total (2,5)	50 Horas-aula	

Fonte: CPS

APÊNDICE C - Plano de Curso de Português Instrumental do IFSP

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São Paulo</p>
<p>1- IDENTIFICAÇÃO</p> <p>Curso: Técnico em Edificações</p> <p>Componente curricular: Português Instrumental</p>	
<p>Ano/ Semestre: 1º</p>	<p>Código: POIU1</p>
<p>Total de aulas: 57</p>	<p>Total de horas: 42,8</p>
<p>2 - EMENTA:</p> <p>Estudo do valor da linguagem verbal comunicação escrita: redação documental e técnica. Comunicação oral. Gramática.</p>	
<p>3-OBJETIVOS:</p> <p>- Apresentar técnicas de escrita para descrever objetos, demonstrar funcionamentos, relatar processos</p>	
<p>4-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <p>1. Leitura interpretativa: eficiência e eficácia; 2.Leitura crítica: fichamento; 3.Técnicas de resumo: NBR 6028; 4.Referência bibliográfica: NBR 6023. 5.Ata; 6.Carta comercial; 7.Carta de apresentação; 8.Curriculum vitae; 9.Requerimento. 10.Teorias da comunicação. 11.Vícios de linguagem. 12.Descrição técnica: objeto; 13.Descrição técnica: funcionamento; 14.Relatório técnico. 15.Parecer Técnico.</p>	
<p>5- AVALIAÇÃO:</p> <p>As avaliações de caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual serão obtidas mediante a realização de exercícios, trabalhos, seminários, projetos (desenvolvidos ao longo do semestre) e prova escrita individual.</p>	
<p>6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ABAURRE, Maria Luiza M. Gramática - texto: análise e construção de sentido: volume único: 1ª .ed. São Paulo : Moderna, 2006.</p>	

Fonte: IFSP

Submetido em 18/07/2018.
Aceito em 30/10/2018.

